

## O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

**Janina Deia Chagas da Conceição dos Santos**

Graduanda em Educação Física – Licenciatura / ISECENSA / RJ  
janinamedalhista@yahoo.com.br

**João Paulo Pimentel Alvarenga**

Mestre em Comunicação/ Universidade Federal do Rio de Janeiro / RJ  
joãoppalvarenga@bol.com.br

**César Elias Souza Licurgo**

Especialista em Planejamento Pedagógico / Universo / RJ  
cesarlicurgo@hotmail.com

**Emerson da Mota Saint'Clair**

Mestre em Ciências da Atividade Física / UNIVERSO / RJ  
emerson.saint@yahoo.com.br

Recebido: 29 de janeiro de 2013. Revisado: 04 de fevereiro de 2013. Aceito: 18 de março de 2013.  
Publicado *online*: 26 de março de 2013.

### RESUMO

Este presente artigo tem como intuito refletir sobre a participação do professor de Educação Física na construção do projeto político pedagógico, na perspectiva de que o planejamento participativo das políticas públicas de educação, dos projetos político pedagógicos, constituiu-se em uma estratégia significativa para desenvolver e potencializar o processo educativo do cidadão. Durante o processo de pesquisa foi realizado o levantamento dos dados bibliográficos através de artigos científicos tendo como finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre o tema. Um dos resultados encontrados foram que apesar do interesse do professor de Educação Física em se inserir no desenvolvimento de vários segmentos das escolas, em alguns aspectos, a realidade escolar não contribui para uma efetiva participação do mesmo na construção do projeto político pedagógico. Portanto, pode-se observar que alguns professores são convidados, mas não tem voz, participam, mas não tem o poder de opinar e discutir, falam, mas ainda não tem voz de decisão.

**Palavra Chaves:** Professor de Educação Física, Projeto Político Pedagógico, Gestão Escolar.

### ABSTRACT

This present article is intended to reflect on the participation of the physical education teacher in building the political pedagogical project in view of the participatory planning of public policies on education, political pedagogical project, consisted in a meaningful strategy to develop and enhance the educational process of the citizen. During the search process was conducted a survey of bibliographic data through scientific papers and aims to identify the different forms of scientific contributions that were held on the subject. One of the results showed that despite the interest of the Physical Education teacher to insert themselves into the development of various segments of the schools, in some respects, the school really does not contribute to an effective involvement in the construction of the political pedagogical project. Therefore it can be observed that some teachers are invited, but has no voice, participate, but has no power to give opinions and discuss, talk, but has no voice of decision.

**Key Words:** Professor of Physical Education, Political Pedagogical Project, School Management.

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Física é um importante componente curricular que apesar de seu contexto histórico descaracterizado de uma prática educativa de formação integral dos educandos vem buscando seu espaço dentro do âmbito educacional. Contudo diante do desafio de reconstruir o papel da disciplina na escola e contribuir ativamente com o projeto mais amplo da educação escolar, a atuação do professor de Educação Física abarca grande responsabilidade, pois sua prática pedagógica deve ser coerente com os objetivos da escola, que giram em torno da aprendizagem relevante dos alunos nos seus mais variados campos dos saberes do conhecimento (ILHA; KRUG, 2008).

Este estudo tem como característica abordar o relacionamento da disciplina de Educação Física e a sua participação na construção do Projeto Político Pedagógico para que juntos possam viabilizar melhores propostas de ensino para os educandos e propiciar a formação continuada para os professores de Educação Física.

A construção de um projeto político-pedagógico fundamentado no princípio democrático coloca a vida da escola em constante inquietação, com participação coletiva na busca de alternativas para o enfrentamento de dificuldades e tomada de decisões. Este processo é complexo e demanda tempo para obtenção de resultados e por isso, ainda em algumas escolas e órgãos diretivos do sistema, convivem-se na construção deste com o envolvimento de alguns, desconsiderando a opinião da comunidade escolar. Também se encontra a omissão de novas ideias de muitos professores, alunos e pais, os quais entendem que a participação nesses espaços públicos e coletivos, pouco irá contribuir com a sua vivência (SAWITZKI, 2006).

Em algumas situações o projeto político pedagógico (PPP) é elaborado somente pela equipe pedagógica da escola, sem a participação efetiva dos pais, alunos e professores das mais diversas áreas do conhecimento. Em relação à participação do professor de educação física na elaboração e desenvolvimento do PPP considera-se a sua participação relevante, pois com isso, teremos a possibilidade de rever significativamente questões como por ex., conteúdos pedagógicos, currículos, violência na escola, tecnologias educacionais no intuito de avançar na produção do conhecimento (LORO; GOLIN, 2010).

Embora a educação seja um problema antigo, tem-se abordado sempre questões problemáticas em sua concepção de estrutura. O que preconiza a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais na construção do projeto político pedagógico no Art. 20 § 2º é que será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Segundo Custódio (2010, p. 84) “Em algumas situações o projeto político pedagógico (PPP) é elaborado somente pela equipe pedagógica, sem a participação dos profissionais das áreas do conhecimento e sem a intervenção dos segmentos escolares...”.

Com base nos relatos acima descritos podem-se levantar algumas situações problemáticas neste estudo como: quais são os estudos que abordam sobre a participação dos professores de Educação Física na construção do projeto político pedagógico? Qual seria a participação dos (as) professores(as) de Educação Física na construção do projeto político pedagógico? Quais benefícios os professores de Educação Física podem trazer na construção do projeto político pedagógico?

Zabala (1998) menciona que, por trás de qualquer proposta metodológica encontra-se oculta uma concepção do valor que se atribui ao ensino, assim como certas ideias mais ou menos formalizadas e explícitas em relação aos processos de ensinar e aprender.

Pode-se observar que a gestão escolar trata a disciplina de Educação Física apenas como uma educação corporal, porém busca-se, mais que isso, pois se tem demonstrado que com a participação de professores específicos na construção do projeto político pedagógico (PPP) pode-se fazer com que a disciplina se torne verdadeiramente um objeto de estudo. A Educação Física tendo o seu apoio no PPP terá muito mais ferramentas para que se possa trabalhar junto com outras disciplinas.

Desta forma, tendo em vista a história da Educação Física e da função do professor desta disciplina desvinculada das funções pedagógicas busca-se analisar, a partir deste contexto, a realidade de sua participação na construção do projeto político pedagógico, bem como as possíveis contribuições desta participação para a sua formação profissional, tendo como subsídio o discurso de profissionais da área. Equivocadamente, para uma parcela da sociedade a Educação Física e os professores desta disciplina são considerados como educadores à parte do processo de formação escolar (ILHA; KRUG, 2008).

Portanto, nesse sentido, o presente estudo, procura responder ao seguinte problema: como se configura a participação dos professores de educação física na construção do projeto político pedagógico?

A Educação Física, ao longo da história obteve diferentes significados, de acordo com o contexto social e histórico do período. A educação física foi se consolidando enquanto prática social e foi adquirindo diferentes identidades e com variados objetivos em seus currículos. Isso ocorreu por meio dos métodos de ginástica, dos esportes e de novas práticas motoras, objetivando em sua trajetória: a melhora da aptidão física, o disciplinamento da população, a higiene, organização do esporte para formação de atletas de alto rendimento, e mais recentemente, proporcionar uma nova visão e prática de Educação Física voltada para os grandes temas da cultura corporal de movimento (BAYSDOR; FINOQUETO, 2009).

Temos alguns relatos de que os professores da área de conhecimento, assim como os de Educação Física, não participam da construção do projeto político pedagógico. Em algumas situações o PPP é elaborado somente pela equipe pedagógica, sem a participação dos profissionais das áreas do conhecimento e sem a intervenção dos segmentos escolares.

Por conta disso, muitas são as consequências desastrosas que ocorrem na escola durante o período letivo: desarticulação entre as áreas do conhecimento, incompatibilidade do plano de ação do professor com o próprio PPP e, talvez a pior delas: a fragmentação do conhecimento adquirido e da formação do educando (CUSTÓDIO, 2010).

Ainda segundo Custódio (2010) destaca que existem professores da área que desconhecem o valor significativo do PPP, suas ações pedagógicas, áreas de abrangências, fundamentação teórica, e o quão é importante à expressão da identidade da disciplina curricular contida no referido projeto, bem como a vinculação direta do professor àquele documento. Por razões históricas e culturais, o professor de educação física está à margem do processo de elaboração. Este paradigma precisa ser superado por meio de leituras, reflexões e tomada de decisões na transformação da prática docente no contexto da escola, no que refere as questões éticas e políticas, tendo em vista sua contribuição na formação do educando.

Portanto, embasando-se no exposto o presente estudo justifica-se em investigações no contexto pedagógico do professor de Educação Física, do qual se encontra a margem do processo de elaboração da construção do projeto político pedagógico, que se encontra engessado em um paradigma que precisa ser quebrado através de pesquisas de leituras, reflexões e tomada de decisão na transformação de sua postura e da prática docente perante a gestão da escola.

A formação do professor Educação Física, sua participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico a busca por novos conhecimentos, numa sociedade complexa, como a que vivemos atualmente, contribuem para que possamos obter uma melhor qualidade no ensino, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, capazes de utilizar as informações passadas por seus professores para construir um mundo melhor (RIOS; CÁRIA, 2011).

A relevância deste estudo se caracteriza na valorização do professor de Educação Física em conteúdos mais significativos para as suas aulas, o trabalho com a transdisciplinaridade e uma qualidade de ensino para os educandos.

Este estudo tem como objetivo a investigação da participação dos professores (as) de Educação Física na construção do projeto político pedagógico, para que se possam identificar os estudos que estarão voltados nesta participação, analisando os conteúdos da participação pedagógica dos professores (as) de Educação Física para que se possa evidenciar que benefícios serão encontrados na participação destes professores (as) na construção do PPP.

O presente estudo tem o objetivo de demonstrar a participação do professor de Educação Física na construção do projeto político pedagógico, na perspectiva de que o planejamento participativo das políticas públicas de educação, dos projetos político pedagógicos, constituiu-se em uma estratégia significativa para desenvolver e potencializar o processo educativo do cidadão.

Para tal, algumas questões orientam o estudo, a saber: (a) quais são os estudos que abordam sobre a participação dos professores de Educação Física na construção do projeto político pedagógico? (b) qual seria a participação dos (as) professores(as) de Educação Física na construção do projeto político pedagógico? (c) quais benefícios os professores de Educação Física podem trazer na construção do projeto político pedagógico?

## 2. METODOLOGIA

O procedimento metodológico foi uma pesquisa qualitativa, com caráter de Revisão de Literatura, já que esta técnica de pesquisa descritiva é amplamente utilizada pela área da saúde e da educação (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007).

## 3. REVISÃO DE LITERATURA

### 3.1. História da Educação Brasileira

A história da educação no Brasil começa em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas, inaugurando uma fase que haveria de deixar marcas profundas na cultura e civilização do País. Movidos por intenso sentimento religioso de propagação da fé cristã, durante mais de 200 anos, os jesuítas foram praticamente os únicos educadores do Brasil. Embora tivessem fundado inúmeras escolas de ler, contar e escrever, a prioridade dos jesuítas foi sempre a escola secundária, grau do ensino onde eles organizaram uma rede de colégios de reconhecida qualidade, alguns dos quais chegaram mesmo a oferecer modalidades de estudos equivalentes ao nível superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

A formação do Brasil implica necessariamente na estruturação de nosso modelo de ensino porque desde os primeiros anos de nossa descoberta sofremos da falta de estrutura e investimento nessa área. Contudo, além do componente histórico que parece ser de comum aceitação, aparece o problema do modelo pedagógico adotado. Neste aspecto ocorre uma polarização e até uma divisão tripla se quisermos englobar a escola técnica (anos 70). Ou seja, as posturas mais adotadas em nosso país são justamente a pedagogia tradicional e a escola nova (STIGAR; SCHUCK, 2005).

Mas por que queremos conhecer a história? Por que queremos estudar o passado, isto é, as coisas realizadas pelas gerações anteriores? Considerando que é pela história que nós nos formamos como homens; que é por ela que nós nos conhecemos e ascendemos à plena consciência do que somos; que pelo estudo do que fomos no passado descobrimos, ao mesmo tempo, o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro, o conhecimento histórico emerge como uma necessidade vital de todo ser humano (SAVIANI, 2008).

Por estas questões, analisaremos o último período da história da qual se encaixa em nossa primeira LDB de 1961, de onde temos o ponto de partida da legalização da educação. Por tanto, iremos averiguar as Leis de Diretrizes e Bases das quais fundaram, estruturaram e legalizaram a nossa educação nos orientando de que forma temos que trabalhar, como organizar os conteúdos, as avaliações e quem deverá participar da construção do projeto político pedagógico.

### 3.2. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

Cerqueira et al. (2008) apontam que na trajetória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, desde a primeira sanção, em 1961 (lei nº 4.024/61) à última, em 1996, (lei nº 9.394/96). Assim, é elucidado o caminho percorrido pela legislação a qual prevê os fundamentos, estruturas e normatização do sistema educacional brasileiro. Caminho este, iniciado pelo processo de democratização liberal, assumido no final do Estado Novo, que através da Constituição de 1988 outorgou à União competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Cerqueira et al. (2008) consideram que ao longo dos 47 anos do surgimento da primeira LDB, diversas foram as emendas que alteraram o texto regulamentar e legislativo da lei 4.024/61, bem como das subsequentes, marcando o progresso das diretrizes e bases nacionais da educação. Por conseguinte, alguns projetos de lei foram propostos à Assembleia Constituinte na tentativa de aperfeiçoar a LDB. Deste modo, foram realizadas discussões sobre as necessidades da educação entre professores e demais profissionais da área, tanto do âmbito público quanto privado, norteados assim as adaptações dos textos denominados de “projetos substitutivos”.

Os autores entendem que para atender as demandas do ensino primário e médio foi necessária uma nova reforma, instituída pela lei 5.692/71, que alterou a sua denominação para ensino de 1º e 2º graus. Desta forma, as disposições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, relativas ao primário, médio e superior foram revogadas e substituídas pelo disposto nas duas novas leis sancionadas pelo Congresso.

Ainda segundo Cerqueira et al. (2008) destacam que a lei 9.394/96 não impossibilita adaptações de melhoria para a educação nacional, sendo a mais completa legislação em favor da educação já redigida. Por tanto, assume a característica indicativa, de modo a permitir o aperfeiçoamento de questões educacionais amplamente discutidas. Tais discussões proporcionaram autonomia por parte das instituições de ensino e suas respectivas secretarias de educação (municipal ou estadual), descentralizando o poder de decisões da União, definindo assim as ações que devem ser realizadas e quais os objetivos a serem atingidos conforme a realidade nas diferentes localidades.

Sendo assim, na resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010 Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais a LDB/96 possui um currículo de forma abrangente em sua totalidade de ensino, a saber do artigo 14 e 15.

Art. 14 O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, conforme o art. 26 da Lei nº 9.394/96, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Art. 15 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

I – Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira moderna;
- d) Arte;
- e) Educação Física.

Pode-se observar no artigo 15 onde está enquadrada a disciplina de Educação Física que se refere a linguagem, pois é entendido que a expressão corporal tem várias formas de linguagem e que através desta pode se comunicar.

Com base nos conhecimentos legais da Educação Brasileira, é discorrido na próxima seção a história da educação física em seu contexto educacional e no que tange a abrangência de seu profissional.

### **3.3. História da Educação Física Brasileira**

A história do desenvolvimento das civilizações sempre esbarra na importância dada à Educação Física, quase sempre ligados aos fundamentos médicos-higiênicos, fisiológicos, morais, religiosos e guerreiros (MORAES, 2009).

Para os autores Minozzo, Vancini e Lira (2007) desde os primórdios da civilização o homem pratica atividade física! Fazia parte do seu cotidiano, nadar, caçar, lutar, correr, saltar etc. Nada mais do que necessidades diárias de sobrevivência. A partir do momento em que nossos ancestrais começaram a estudar a atividade física, temos o embrião; dando origem à Educação Física.

O período da Renascença fez explodir novamente a cultura física, as artes, a música, a ciência e a literatura. A beleza do corpo, antes pecaminosa, é novamente explorada surgindo grandes artistas como Leonardo da Vinci (1452-1519), responsável pela criação utilizada até hoje das regras proporcionais do corpo humano. Consta desse período o estudo da anatomia e a escultura de estátuas famosas como, por

exemplo, a de Davi, esculpida por Michelângelo Buonarroti (1475 - 1564). A dissecação de cadáveres humanos deu origem à Anatomia como a obra clássica "De Humani Corporis Fábrica" de Andrea Vesalius (1514-1564). A volta da Educação Física escolar se deve também nesse período a Vitério de Feltre (1378-1466) que em 1423 fundou a escola "La Casa Giocosa" onde o conteúdo programático incluía os exercícios físicos (MINOZZO; VANCINI; LIRA, 2007).

No Brasil colônia os primeiros habitantes, os índios, deram pouca contribuição a não ser os movimentos rústicos naturais tais como nadar, correr atrás da caça, lançar e o arco e flecha. Nas suas tradições incluem-se as danças, cada uma com significado diferente: homenageando o sol, a lua, os Deuses da guerra e da paz, os casamentos etc. Entre os jogos incluem-se as lutas, a peteca, a corrida de troncos entre outras que não foram absorvidas pelos colonizadores (MORAES, 2009).

Sabe-se que os negros vieram para o Brasil para o trabalho escravo e as fugas para os Quilombos os obrigava a lutar sem armas contra os capitães-do-mato. Com o instinto natural, os negros descobriram ser o próprio corpo uma arma poderosa e o elemento surpresa. A inspiração veio da observação da briga dos animais e das raízes culturais africanas, a capoeira (MORAES, 2009).

No Brasil Império em 1851 a lei de n.º 630 inclui a ginástica nos currículos escolares. Embora Rui Barbosa não quisesse que o povo soubesse da história dos negros, preconizava a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas primárias de secundárias praticada 4 vezes por semana durante 30 minutos (MORAES, 2009).

O termo "ginástica" começa a se desenvolver na Idade Contemporânea e quatro grandes escolas foram as responsáveis por isso: a alemã, a nórdica, a francesa e a inglesa (MINOZZO; VANCINI; LIRA, 2007).

A década de 1970, marcado pela ditadura militar, a Educação Física era usada, não para fins educativos, mas de propaganda do governo sendo todos os ramos e níveis de ensino voltado para os esportes de alto rendimento. A musculação surgiu com uma roupagem nova ainda nos anos 70 para apagar o preconceito que algumas pessoas tinham com relação ao Halterofilismo (MORAES, 2009).

Na década de 1980 a Educação Física vive uma crise existencial à procura de propósitos voltados à sociedade. No esporte de alto rendimento a mudança nas estruturas de poder e os incentivos fiscais deram origem aos patrocínios e empresas podendo contratar atletas funcionários fazendo surgir uma boa geração de campeões das equipes Atlântica Boa Vista, Bradesco, Pirelli entre outras (MORAES, 2009).

Na década de 1990 o esporte passa a ser visto como meio de promoção à saúde acessível a todos manifestada de três formas: esporte educação, esporte participação e esporte performance. A Educação Física finalmente regulamentada é de fato e de direito uma profissão a qual compete mediar e conduzir todo o processo (MORAES, 2009).

Porque temos que estudar história em um curso de graduação em Educação Física? É possível que esta pergunta já tenha sido diversas vezes pronunciada entre os estudantes e professores dos diversos cursos superiores ligados a formação do professor de Educação Física espalhados pelo Brasil. Afinal, em que o estudo da história estaria a contribuir na formação do futuro professor? Haveria realmente espaço e necessidade de uma disciplina específica para estudos desta natureza? Esta breve reflexão, surgida no decorrer de minhas recentes experiências enquanto pesquisador na área de História da Educação Física/Esportes, objetiva, a partir de uma determinada compreensão de formação profissional, argumentar sobre a importância dessa disciplina e desses estudos para os estudantes de graduação e professores de Educação Física (MELO, 1997).

Nota-se que a história leva-nos a ter um conhecimento de como surgiram práticas esportivas e o seu desenvolvimento cronológico dentro da formação humana. Portanto temos que continuar a acompanhar este desenvolvimento para entendermos a parte organizacional da Educação Física que se encontra nas leis.

### 3.4. Projeto Político Pedagógico

Todo projeto pedagógico é fundamentalmente político. O projeto pedagógico indica a direção, a orientação, o caminho da escola e possui uma intencionalidade significadora. O Projeto Político-Pedagógico construído de maneira participativa é a passagem mais acertada para reinventar a escola, resignificando suas

finalidades e objetivos. Quando trabalhamos de forma participativa descrevemos a caminhada coletiva, estabelecendo o identificador comum, expressando o anseio e o comprometimento da comunidade (HAMZE, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, instituiu o Projeto Político Pedagógico (PPP). Os pesquisadores e estudiosos da educação, professores e demais profissionais que atuam nas unidades escolares acrescentaram ao seu acervo de dúvidas este tema, que passou a ser objeto de estudos. Assim sendo, o PPP passou a ser objeto prioritário de estudos e de pesquisas, tais como os desenvolvidos por Vasconcellos (1995); Veiga (1998); André (2001); Libâneo (2001) entre outros (CUSTÓDIO, 2010).

Uma vez que o PPP é preconizado na LDB/96 Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No entanto, é um tema que vem sendo tratado com pouca importância pelas escolas ou pelo menos, por determinadas disciplinas em determinadas unidades escolares (CUSTÓDIO, 2010).

Em algumas situações o PPP é elaborado somente pela equipe pedagógica, sem a participação dos profissionais das áreas do conhecimento e sem a intervenção dos segmentos escolares. Ainda ocorrem situações em que professores de algumas áreas elaboram o PPP da escola, inclusive a parte de competência da Equipe Pedagógica, Direção e colegiados (CUSTÓDIO, 2010).

Tendo a resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010, fixado a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais na construção do PPP em:

Art. 20 As escolas deverão formular o projeto político-pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.

O convite para a participação nesses encontros, bem como sua frequência fica a cargo da Gestão de cada escola, como prevista na LDB/96 no Art.12: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; (...); VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996).

A construção do projeto político-pedagógico deve conduzir e propiciar a articulação com a comunidade onde está inserida, e também à sociedade como um todo, resgatando a realidade social, política, econômica e cultural e os saberes adquiridos no cotidiano dessa comunidade. Em um projeto político-pedagógico de democratização, a escola tem o papel fundamental de possibilitar a experiência de aprendizado inclusivo, entre os diferentes grupos no que se refere a gênero, raça e classes sociais, que podem ser contestadas, para não se reproduzir a exclusão social (HAMZE, 2010).

§ 2º Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

A intensidade da democracia pode ser evidenciada pelo grau de participação dos atores envolvidos no processo, o que implica no processo de execução e de tomada de decisão (LORO; GOLIN, 2010).

O regimento interno da escola não deve ser uma norma feita exclusivamente pelos técnicos ou administradores da instituição escolar. O regimento interno da instituição escolar deve ser obrigatoriamente constituído com a participação da comunidade escolar.

Um terreno fértil, propício para germinar a democracia, é a cultura local como balizadora na elaboração de projetos educacionais (LORO; GOLIN, 2010).

Os reflexos desse quadro, nitidamente observável, possuem dimensões gigantescas, pois a constituição do PPP é prevista em células individualizadas, por setores independentes (corpo docente, corpo discente, órgãos colegiados, Equipe técnico pedagógica, Direção, Equipe Administrativa, e outros) que estão intimamente conectados pela dinâmica de funcionamento do sistema educacional (CUSTÓDIO, 2010).

A questão do planejamento ou dos projetos escolares sempre fez parte da rotina da escola. É comum se afirmar que o projeto sempre existe ainda que nem sempre esteja necessariamente explicitado. No caso do Projeto Político Pedagógico, embora pareça uma coisa comum nas escolas, ele ainda é uma ação de caráter obrigatório pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Nº 9394/96, que prevê a exigência da participação dos profissionais da educação e de toda a comunidade escolar, conselhos etc, e, contudo, é comum ser apenas mais um documento burocrático que quase ninguém da escola conhece (RIOS; CÁRIA, 2011).

### 3.5. Conceito de Educação Física

Permanecem diversas concepções que procuram abarcar o conceito de Educação Física e dentre estas concepções algumas buscam definir o significado da Educação Física escolar. Algumas correntes entendem que a Educação Física deve priorizar o desenvolvimento de habilidades motoras, outras entendem que a disciplina deve favorecer um desenvolvimento psicomotor, a preocupação com a saúde e a qualidade de vida também está presente em algumas concepções, contudo existe uma corrente que além de contemplar pressupostos presentes em todas estas propostas, amplia o entendimento de Educação Física para além do fazer, compreendendo o conhecer e o ser (KLEINER; JÚNIOR, 2007).

Conforme esta tendência, autores como Betti (2004) e Darido e Rangel (2005) entendem a Educação Física como uma disciplina escolar da educação básica que tem por finalidade introduzir e integrar o aluno no âmbito da cultura corporal de movimento, visando formar o cidadão que possa usufruir, compartilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas culturais como jogos, esportes, ginásticas, lutas, atividades rítmicas e expressivas, exercícios físicos e as demais práticas que correspondem à cultura corporal de movimento de uma maneira geral.

Segundo Darido e Sanchez Neto (2005), os objetivos e as propostas educacionais da Educação Física foram se modificando ao longo deste último século, e todas as tendências, de algum modo, ainda hoje influenciam a formação do profissional e as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física.

Vale apenas resaltar o que nos remete a LDB/96 no que diz respeito à regularização da Educação Física e a sua evolução:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Segundo a pesquisa de Lemos (2009) o caminho da evolução da Educação Física se deu:

Entretanto, tal alteração não surtiu o efeito esperado, pois, com o caráter genérico desse artigo, não ficou garantida a presença das aulas de Educação Física em todas as etapas da Educação Básica, bem como, que os profissionais que ministrassem essas aulas contassem com formação específica, principalmente nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil (SILVA e VENÂNCIO, 2005 p.50-63).

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

Para Lemos (2009) a conquista se deu quando fora trocado uma simples palavra:

Visando a garantia da Educação Física em toda a Educação Básica, em 2001 foi aprovada uma alteração no parágrafo 3º do artigo 26º da LDB, que inseriu a expressão “obrigatório” ao “componente curricular”. (BRASIL, Diário Oficial, nº 237, p.47-49. Brasília, 13 dez. 2001.).



Quanto à Educação Física na escola, desde meados da década de 1980 tem havido mudanças nas suas concepções, em um processo que envolve diversas transformações, tanto nas pesquisas acadêmicas nesse segmento, quanto na prática pedagógica dos professores do componente curricular (DARIDO; SANCHEZ NETO, 2005).

Para Ilha e Krug (2008) ainda que desenvolvam um trabalho sério e comprometido com a aprendizagem dos alunos, imbricada no processo educativo que a Educação Física como qualquer outro componente curricular se fundamenta. Somente desta forma, conseguiremos realmente legitimar a Educação Física e a profissão de professor da mesma.

Segundo Bracht (2003) o sistema esportivo possui seus próprios códigos, estando orientado por princípios como a seletividade, a exclusão, a concorrência, o rendimento. Entretanto, nada impede que no espaço escolar se tenha um cunho educativo para essas atividades, resignificando-as de forma a contribuir para a socialização, o divertimento, a igualdade de oportunidades e a saúde física e mental dos alunos, não se limitando ao esporte de rendimento. A escola tem uma função inerente na sua especificidade, que é muito diferente do sistema esportivo. O mesmo autor afirma que as especificidades das instituições escolares impõem uma transformação aos saberes que nelas adentram e, por esse fato, o esporte precisa passar por um “trato pedagógico” para que se faça educativo e se integre num projeto pedagógico.

Portanto, sendo o evento esportivo uma atividade que se desenvolve no contexto escolar, é significativo que o mesmo seja planejado e executado a partir de pressupostos pedagógicos e educacionais, e não do sistema esportivo instituído com seus códigos próprios, que na maioria das vezes, tem pouco a ver com a função social da escola (SAWITZKI, 2006).

Partindo desse ponto de vista de Sawitzki (2006) temos que planejar de forma pedagógica as atividades escolares dos alunos, juntamente com o corpo de trabalho escolar para que se possa chegar num objetivo comum a todos da comunidade escolar.

### **3.6. Projeto Político Pedagógico e a Educação Física**

No âmbito do sistema educacional há um significativo conjunto de atividades próprias da gestão educacional, a exemplo de orientações e definições gerais que dão substância às políticas educativas, assim como o planejamento, o acompanhamento e a avaliação. Outras se inscrevem no campo da gestão escolar, de modo específico àqueles que envolvem a tarefa cotidiana de ensinar e aprender. Nesta esfera da gestão escolar, situam-se professores, alunos e outros membros da comunidade escolar – funcionários que trabalham na escola, docentes que ocupam cargos diretivos, famílias e integrantes da área de abrangência geográfica onde se localiza a escola (VIEIRA, 2007).

Conforme Silva e Venâncio (2005) a escola convive com conhecimentos socializados através das incertezas de seus saberes e conhecimentos, a escola se perde em seus objetivos com sua população que diverge com a diversidade cultural, manifestada pelos gêneros, etnias, religiões e suas faixas etárias. Os autores acreditam ser necessária a construção de um projeto coletivo por todos aqueles envolvidos com educação.

A participação dos profissionais docentes e da comunidade na elaboração e decisão das políticas públicas para a educação passa a ser uma exigência da gestão escolar, refletida em mecanismos mais coletivos e participativos (OLIVEIRA, 2004).

Para Nunes (2001) Educação Física é uma prática pedagógica, que na escola, busca refletir sobre a cultura corporal, que são as expressões corporais jogos, esportes, ginástica, dança entre outras buscando assim contribuir para a autonomia e criticidade dos educandos. A reflexão sobre a cultura corporal na Educação Física Escolar busca também a análise sobre valores morais como: solidariedade, cooperação, liberdade. Acredito que esses valores perpassam os jogos esportivos, as brincadeiras de roda, enfim, as atividades corporais como um todo e devem ser plenamente trabalhados durante as aulas, pois vivemos num mundo em que os valores como o individualismo e a competição exacerbada imperam, devendo ser combatidos dentro do ambiente escolar.

A Educação Física, para ser inserida como componente curricular e para justificar-se como tal, deve proporcionar aos alunos o contato com um conhecimento próprio e específico da área. Em outras palavras, tem de ensinar algo que se não for ensinado pela Educação Física, não será ensinado por nenhum outro componente curricular, apresentando dessa forma, valor e finalidade ao componente curricular enquanto um fenômeno educativo (MARANTE; SANTOS, 2008).

Segundo a pesquisa realizada por Custódio (2010) como professor da rede pública de ensino do Estado do Paraná, tenho observado a desinformação quanto ao conceito, a importância e a relevância do Projeto Político Pedagógico na sistematização do conhecimento e na construção do processo educativo como um todo. Em algumas situações o PPP é elaborado somente pela equipe pedagógica, sem a participação dos profissionais das áreas do conhecimento e sem a intervenção dos segmentos escolares. Ainda ocorrem situações em que professores de algumas áreas elaboram o PPP da escola, inclusive a parte de competência da Equipe Pedagógica, Direção e colegiados.

Assim, o PPP prevê todas as atividades da escola, do pedagógico ao administrativo, devendo ser uma das metas da proposta construir uma escola democrática, capaz de contemplar vontades da comunidade na qual ele surge tanto na sua elaboração quanto na sua operacionalização, desde professores, técnicos, pais, representantes de alunos, funcionários e outros membros da comunidade escolar. Por razões históricas e culturais, muitas vezes o professor de educação física está à margem do processo de elaboração. Há uma forte tendência impregnada na formação acadêmica de muitos professores de educação física (EF) em atuação: o Tecnicismo (FIGUEIREDO, 2005). Contudo, sua presença em todas as fases da elaboração do PPP é fundamental para marcar posição e colocar sua visão de mundo, de escola e a importância desta disciplina ainda secundarizada pela comunidade (MATIAS, 2011).

Dessa forma, o professor de Educação Física, quando desconsidera a importância de se apropriar dos elementos de compreensão teórica do processo de constituição do sujeito, em seus constituintes crítico e criativo, contribui mais para inibir do que para promover o desenvolvimento pleno do educando (BARTHOLO, 2000).

A escola enquanto espaço de conformação ético-político e científico- tecnológico e de maneira específica, a Educação Física como uma das disciplinas constitutivas do currículo escolar, devem responder às novas exigências do mundo de hoje, não pelo processo de adesão passiva à “nova ordem”, mas sim, pela ótica do conflito, explicitando as contradições e a dimensão político-pedagógica de caráter restrito à empregabilidade (MARTINS; MORAES; SILVA, 2001).

Nessa perspectiva, evidencia-se a importância da Educação Física na escola de educação básica como componente curricular, que busca resgatar a cultura infantil e juvenil através da valorização dos conhecimentos e experiências que este aluno já traz e das possibilidades de novas construções, novas aprendizagens que serão possibilitadas a partir da interação com os outros e da aposta que o professor e a escola fazem na competência dos alunos. A Educação Física, se assim for compreendida, deve ser um componente curricular obrigatório ao longo da vida escolar para todas as crianças e jovens, uma vez que atua com o movimento, o corpo, jogos e esporte, oferecendo-lhes oportunidades para adquirirem competências de movimentos, identidades, desenvolverem conhecimentos e percepções necessárias para um engajamento independente e crítico na cultura corporal (SOUTO et al. 2010).

Partindo do pressuposto de que é importante a participação de todos os professores na elaboração do PPP da escola, pois visa à construção e o desenvolvimento da mesma, tendo a finalidade de fazer o diagnóstico dos principais elementos que contribuem e/ou dificulta a sua construção, assim sendo, os professores de Educação Física, como qualquer outro não deveria ficar fora de tal processo (SANTOS, 2007).

A contradição reside no fato de que o preparo físico, técnico e mental, assim como a competição e o rendimento esportivo, não são meios pelos quais se atingem os objetivos propostos pelo PPP como a inclusão, reflexão dos conteúdos e, sobretudo a transformação social. Enfim, o esporte na perspectiva proposta pelo PPP, tem como elementos: a competição, o treinamento sendo, portanto, incompatível com o desenvolvimento da solidariedade, respeito mútuo e dignidade (VIEIRA, 2007).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade escolar deverá sempre tomar parte na elaboração do PPP, o que demandará um maior comprometimento com o processo de construção de uma escola e de uma sociedade melhor. Os professores, articuladores dos conhecimentos dos estudantes com os conhecimentos científicos, têm um papel importante na educação. Por este e tantos outros motivos, precisam-se preocupar em assumir com responsabilidade as mudanças, não somente na dimensão tecnológica e social, mas também cultural nos espaços que lhe é de atuação (LORO; GOLIN, 2010).

A partir das questões trazidas à tona neste estudo foi possível perceber que apesar do interesse dos(as) professor(es) de Educação Física em se inserir no desenvolvimento de vários segmentos das unidades escolares, em alguns aspectos, a realidade escolar não contribui para uma efetiva participação das mesmas na construção do projeto político pedagógico ou da Gestão da escola. Este fato pode ser evidenciado pela concepção de Gestão adotada nas escolas, ainda que muitos profissionais também não tenham clareza dos objetivos e importância desta. Tendo em vista que, mesmo prevista em forma de lei, a Gestão Escolar Democrática encontra-se mais no âmbito dos discursos dos profissionais da Educação do que no cotidiano dos diferentes meios educativos (ILHA; KRUG, 2008).

Pode-se verificar que a questão quanto à participação dos professores de Educação Física raramente são convidados(as) e quando eles(as) buscam envolvimento, encontram restrições nas participações pedagógicas (ILHA; KRUG, 2008).

É sabido que de todos os componentes curriculares estejam em convergência, dialogando cada vez mais com a direção escolar, equipe pedagógica, funcionários, corpo docente e discente, buscando fornecer subsídios que facilitem a interpretação e articulação entre as áreas, proporcionando uma gestão escolar e atuação legitimamente democrático-participativa do processo de ensino e aprendizagem (KLEINER; JÚNIOR, 2007).

Kleiner e Júnior (2007) fazem um convite para todo o corpo pedagógico da escola a refletirem de como devem pensar nos planejamentos pedagógicos como a inclusão da comunidade escolar. Por conseguinte, faz-se necessário entender de que forma os(as) professores(as) de educação física estariam atuando neste planejamento.

A classe dos(as) professores(as) de Educação Física deve se unir para ampliar seus êxitos na luta por melhorias da sua profissionalização, ao elevarem seu estatuto, seus rendimentos e seu poder de autonomia. Assim como, os(as) professores(as) das diferentes disciplinas precisam trabalhar com o todo e com as suas especificidades, buscando também a valorização de sua disciplina, que no caso da Educação Física, apresenta-se ainda desvalorizada frente às demais (ILHA; KRUG, 2008).

Rios e Cária (2011) afirmam que participar é assumir a responsabilidade em conjunto, não uma responsabilidade isolada, onde é possível discutir, propor, elaborar ações que sejam ligadas ao desejo de um contingente de pessoas como por ex., a participação da família e da comunidade na construção e elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Talvez, sem a devida participação seria negligenciar o direito que estes têm de estarem presentes, participando das ações efetivas da e na escola.

Observando os três autores citados acima, pode-se verificar que existem convergências quanto à participação de toda a comunidade escolar, pois um projeto político pedagógico construído por todos terá uma produtividade singular na construção do conhecimento.

Ilha e Krug (2008) corroboram ao pontuar: “a classe dos professores de educação física deve se unir para ampliar seus êxitos na luta por melhorias da sua profissionalização, ao elevarem seu estatuto, seus rendimentos e seu poder de autonomia.” Rios e Cária (2011) destacam em sua pesquisa, chamando os professores para a participação da construção do projeto político pedagógico e de assumir responsabilidades em conjunto com a gestão da escola.

Porém, em outro estudo, Sawitzki (2006) aponta a omissão de muitos professores, alunos e pais, os quais entendem que a participação nesses espaços públicos e coletivos, pouco irá contribuir com a sua

vivência. Portanto, o professor de educação física precisa buscar um posicionamento de elemento importante na construção do projeto político pedagógico.

Na pesquisa de Custódio (2010) em uma entrevista com uma professora de educação física do Paraná/PR, ela nos relata a seguinte situação:

“Um dos principais problemas para o cumprimento do PPP é realmente o compromisso e a atuação coletiva, pois os rumos da escola dentro das possibilidades exequíveis dependem de muito estudo, de reflexões coletivas, de investigação, nem sempre possíveis, seja pela falta de tempo durante o ano letivo, seja pela necessidade dos professores em trabalhar em vários estabelecimentos, ou ainda, pela dificuldade de se atrair os pais para refletir e estudar o PPP, entre outros fatores comuns à maioria das escolas. O professor de Educação Física, assim como os de outras áreas do conhecimento, ainda desconhecem o valor significativo do PPP, ou, por ter que assumir aulas em vários estabelecimentos, fica tão atarefado em cumprir seus horários e, mesmo conhecendo um pouco de cada uma dessas instituições, ainda não conseguem aprofundar-se na fundamentação teórica e identidade da disciplina curricular que está contida no PPP do Colégio e a vinculação deste PPP com a prática do professor de Educação Física.”

Com base na pesquisa de Custódio (2010), pode-se observar a lacuna que se encontra da não participação do professor de educação física na construção do PPP, por isso, o terceiro objetivo deste projeto vem a destacar os benefícios que a participação desta construção proporciona aos professores, é de buscar novos conhecimentos, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, possibilitando a construção de um cidadão, pensando em um mundo melhor.

## 5. CONCLUSÃO

Nesse estudo objetivou-se a investigação da participação dos professores de Educação Física na construção do PPP, se encontra restrita ao corpo pedagógico da escola, não dando a liberdade de atuação do professor de Educação Física, e em outros casos o mesmo não sabia da sua relevância desta participação, portanto, falta esclarecimento e comunicação entre gestores(as) e professores(as).

Conclui-se quanto à participação do(as) professores(as) na construção do PPP, o estudo revelou que alguns professores são convidados, mas não tem voz ativa, “participam”, mas não tem o poder de opinar e discutir, “falam”, mas ainda não tem uma tomada de decisão. Quanto à questão dos benefícios que os professores de Educação Física tendem a trazer na construção do projeto político pedagógico são relevantes, uma vez que é um dos sujeitos históricos de um projeto político, onde não pode abrir mão de seu direito de pensar e de ser ator de seu próprio fazer docente no interior da unidade escolar, dialogando com outras áreas do conhecimento para os processos políticos. E, necessariamente ter a clareza por definição o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretende (re)construir.

Para tanto, espera-se outros estudos a serem realizados no que se refere a participação dos professores de educação física na construção do projeto político pedagógico através de diálogos com os(as) gestores(as), professores(as) e, outras práticas pedagógicas para que otimizem seus olhares na contemporaneidade.

## 6. REFERÊNCIAS

BARTHOLO, M.F. A construção do conhecimento e o projeto político-pedagógico da educação física, Revista Pensar a Prática, vol. 3, [www.revistas.ufg.br/index.php/pef/article/view/29](http://www.revistas.ufg.br/index.php/pef/article/view/29), 2000.

CARNEIRO, P.N. História e história da Educação, [www.artigonal.com/ciencia-artigos/historia-e-historia-da-educacao-525857.html](http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/historia-e-historia-da-educacao-525857.html), 2008.

CERQUEIRA, A. et. al. A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira, [www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/aliana\\_georgia\\_carvalho\\_cerqueira.pdf](http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira.pdf), 2008.

CRISTINO, A.P.R.; MARQUES, M.N. Reuniões pedagógicas e professores de educação física: espaço de formação docente?, XII Congresso Ciências do Desporto e Educação Física dos Países de língua portuguesa. Porto Alegre – RS, 2008.

CUSTÓDIO, F.A.C. Projeto político pedagógico, educação física e o professor: mediações na perspectiva de uma educação transformadora, [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/312-4.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/312-4.pdf), 2010.

GUIMARÃES, M.R.V. A educação física no processo de construção permanente da política curricular, [www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/1464](http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/1464). 2008.

HAMZE, A. Projeto pedagógico e inovação emancipatória, 2010.

ILHA, F.R.S.; KRUG, H.N. O Professor de educação física e sua participação na gestão escolar: contribuições para a formação profissional, Revista E-Curriculum, São Paulo, v.4, nº 1 dez. <http://www.pucsp.br/ecurriculum>, 2008.

KLEINER, M; SOUZA JÚNIOR, O.M. As Concepções dos diretores das escolas de ensino fundamental I do município de Cordeirópolis-SP sobre as aulas de educação física, [www.eefe.ufscar.br/upload/9.pdf](http://www.eefe.ufscar.br/upload/9.pdf), 2007.

LEMONS, F.R.M. Educação física escolar, ensino médio: entre a legislação e a ação, <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - Nº 130 – Marzo, 2009.

LORO, P.A.; GOLIN, C.H. Projeto pedagógico e educação física: uma relação necessária, IV Congresso Centro-Oeste de Ciência do Esporte, 22 a 25 de setembro – Brasília/DF, 2010.

MARANTE, W.O.; SANTOS, M.C. Metodologia de ensino da educação física: reflexão e mudanças a partir da pesquisa ação, REMEFE, vol.7, nº2, 2008.

MARTINS, A.S. et al. As “novas competências” como definidoras dos projetos de educação e de educação física no Brasil contemporâneo, [www.ichs.ufop.br/conifes/ac1.htm](http://www.ichs.ufop.br/conifes/ac1.htm), 2001.

MATIAS, W.B. Projeto político pedagógico e a educação física escolar, EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 152, Enero, <http://www.efdeportes.com/>, 2011.

MEIRELLES; E. A educação física não pode ficar de escanteio, 2010.

MELO, V.A. História da educação física e do esporte no Brasil - panorama, perspectivas e propostas, [www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/02/victor.doc](http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/02/victor.doc), 2000.

MELO, V.A. Porque devemos estudar história da educação física/esportes nos cursos de graduação?, [www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/03n1/07PONTO1.pdf](http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/03n1/07PONTO1.pdf), 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A educação no Brasil, [www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista1-mat4.pdf](http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista1-mat4.pdf), 2005.

MINOZZO, F.C.; VANCINI, R.L.; LIRA, C.A.B. História da educação física, 2007.

MORAES, E.C.M.; RIBEIRO, F.C. A participação do professor de Educação Física na gestão escolar em Macapá, AP, EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 148, Septiembre, <http://www.efdeportes.com/>, 2010.

MORAES, L.C. História da educação física, [www.cdof.com.br/historia.htm](http://www.cdof.com.br/historia.htm), 2009.

MORETTO, V.P. Planejando a educação para o desenvolvimento de competências. 6º Ed. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 2007

- NUNES, F.S. Educação física escolar frente ao processo de terceirização, [www.grupomel.ufba.br/textos/download/monografias/educacao\\_fisica\\_escolar](http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/monografias/educacao_fisica_escolar). 2001.
- OLIVEIRA, D.A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização, *Educ. Soc.*, Campinas, vol.25, nº89, p.1127-1144, set/dez. 2004.
- PALAFIX, G.H.M. Planejamento coletivo do trabalho pedagógico da educação física – PCTP/EF como sistemática de formação continuada de professores: a experiência de Uberlândia, *Movimento*, vol. 10, núm. 1, pp. 113-131, 2001
- RAUEN, F. J. Elementos de iniciação à pesquisa: inclui orientações para referenciação de documentos eletrônicos. Rio do sul: Nova Era, 1999.
- RIOS, D.M.; CÁRIA, N.P. O professor e o projeto político pedagógico da escola, 2011.
- SANTOS, S.S. A relação de professores (as) de educação física com o projeto político pedagógico de escolas da rede pública municipal de Juiz de Fora, 2007
- SAVIANI, D. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário, *Eccos Revista Científica*, julho, p.147-167, 2008.
- SAWITZKI, L.R. Regime de colaboração, projeto político pedagógico e desporto escolar, *UNIrevista-vol.1*, nº 2, abril, 2006.
- SOUTO, M.C.D. et al. Integrando a educação física ao projeto político pedagógico: perspectiva para uma educação inclusiva, *Motriz*, Rio Claro, v.16 n.3 p.762-775, jul./set, [www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/download/](http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/download/), 2010.
- STIGAR, R.; SCHUCK, N. Refletindo sobre a história da educação no Brasil, 2005.
- THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- VIEIRA, P.S. A educação física no projeto político pedagógico: entre o dito e o feito – o caso de uma escola de Goiânia, 2007.
- VIEIRA, S.L. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples, *RBPAAE –v.23*, nº1, 2007.